

CARTA ANUAL DE
POLÍTICAS PÚBLICAS
E GOVERNANÇA
CORPORATIVA

2023 ANO-BASE
2022

SUMÁRIO

Mensagem do Conselho de Administração.....	03
Identificação geral.....	04
Quem somos	06
Nossas principais atividades	07
Interesse público	10
Gerenciamento de riscos e controles internos.....	12
Fatores de risco	16
Sistema de Integridade	21
Principais resultados	24
Governança Corporativa	25
Remuneração da administração	31

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



As boas práticas de governança corporativa e conformidade constituem um pilar de sustentação para os nossos negócios. Nossa prioridade é atuar sempre orientados pela ética, pela integridade e pela transparência. Assim, assumimos compromissos em nossa estratégia que se traduzem em adotar um modelo de governança que assegure o equilíbrio entre eficiência e controle para nos garantir atuação ágil e segura ao mesmo tempo.

Nos últimos anos, implementamos avanços significativos em nossa governança corporativa e em nossos sistemas de integridade, compliance e controles internos. Adotamos rigorosos padrões de ética e integridade por meio de iniciativas que reforçam nosso propósito, valores e compromisso com a melhoria contínua e alinhamento às melhores práticas do mercado.

Nossos esforços de governança têm sido reconhecidos e, pelo 6º ciclo consecutivo, obtivemos a Certificação no Nível 1 de Governança do Índice de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (IG-Sest) e seguimos na primeira posição no ranking de Transparência Ativa da Controladoria Geral da União.

Pelo segundo ano consecutivo, a Petrobras ingressou no Dow Jones Sustainability Index World e obtivemos nota máxima nos critérios de Relatório Ambiental, Riscos Relacionados à Água e Relatório Social. A companhia também se destacou nos critérios de Ecoeficiência Operacional, Práticas Trabalhistas e Direitos Humanos.

Em 2022, alcançamos lucro líquido e EBITDA recorrentes de, respectivamente, US\$ 34 bilhões e US\$ 67 bilhões. E geramos estes resultados ao mesmo tempo em que investimos, no ano passado, um total de US\$ 10 bilhões em nossos negócios e entregamos uma produção de óleo e gás de 2,7 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed).

Em 2022, também recolhemos o valor recorde de R\$ 279 bilhões em tributos e participações governamentais e superamos a marca de R\$ 1 trilhão na soma dos últimos 5 anos, traduzindo nossos esforços em enorme riqueza para a sociedade brasileira.

Tudo o que foi construído só foi possível pelo esforço, capacidade e comprometimento de milhares de pessoas, que, imbuídas de espírito colaborativo e trabalhando em prol de um objetivo comum, são capazes de gerar valor para os acionistas e a sociedade.

O Conselho de Administração segue comprometido com esta jornada de mudanças para nos preparar para novos desafios, aprimorando nossas sinergias e jogando luz sobre temas de extrema relevância para o futuro da indústria de energia e para a construção de uma Petrobras cada vez mais forte e resiliente.

Apresentamos aqui a [Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2023](#).

Conselho de Administração da Petrobras

IDENTIFICAÇÃO GERAL



Em conformidade com o artigo 8º, incisos I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e com o artigo 13, incisos I e VIII, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras referente ao exercício social de 2022. As informações contidas neste documento constam do Formulário de Referência, disponível no sítio eletrônico da companhia.

CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01. NIRE 33.300032061

Sede: Avenida República do Chile, 65, Rio de Janeiro, RJ

Tipo de estatal: sociedade de economia mista (Holding)

Acionista controlador: União Federal

Tipo societário: sociedade por ações

Tipo de capital: capital aberto

Abrangência de atuação: internacional

Setor de atuação: petróleo, gás natural e energia

Dir. Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores: Sergio Caetano Leite

Tel.: (21) 3224-4477. E-mail: dfinri@petrobras.com.br

Audidores independentes: KPMG Auditores Independentes | CNPJ: 57.755.217/0001-29 | Período de prestação de serviços de auditoria independente: 2022 a 2024.

Conselheiros de Administração subscritores:

Pietro Adamo Sampaio Mendes – Presidente do Conselho. CPF 099.100.897-93

Jean Paul Terra Prates – Presidente da Petrobras. CPF 867.212.837-00

Bruno Moretti. CPF 086.900.457-32

Efrain Pereira da Cruz. CPF 617.610.602-87

Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis. CPF 050.199.968-07

José João Abdalla Filho. CPF 245.730.788-00

Marcelo Gasparino da Silva. CPF 807.383.469-34

Marcelo Mesquita de Siqueira Filho. CPF 951.406.977-34

Rosangela Buzanelli Torres. CPF 002.629.247-57

Sergio Machado Rezende. CPF 027.390.467-15

Vitor Eduardo de Almeida Saback. CPF 954.648.321-49

Presidente e Diretores Executivos subscritores:

Jean Paul Terra Prates – Presidente da Petrobras | CPF 867.212.837-00

Sergio Caetano Leite - Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores |
CPF 512.921.655-53

Mário Vinícius Claussen Spinelli - Diretor Executivo de Governança e Conformidade |
CPF 011.382.217-08

Joelson Falcão Mendes – Diretor Executivo de Exploração e Produção | CPF 770.178.387-34

Carlos José do Nascimento Travassos – Diretor Executivo de Engenharia, Tecnologia e Inovação |
CPF 923.622.067-34

William França da Silva – Diretor Executivo de Processos Industriais e Produtos | CPF 801.487.787-04

Claudio Romeo Schlosser – Diretor Executivo de Logística, Comercialização e Mercados | CPF 406.077.120-15

Maurício Tiomno Tolmasquim – Diretor Executivo de Transição Energética e Sustentabilidade |
CPF 674.100.907-82

Clarice Coppetti - Diretora Executiva de Assuntos Corporativos | CPF 354.995.240-68

Versão aprovada pelo Conselho de Administração da Petrobras em 31/05/2023

QUEM SOMOS



Somos uma sociedade anônima de capital aberto que atua de forma integrada e especializada na indústria de óleo, gás natural e energia. Temos expertise na exploração e produção como resultado de décadas de desenvolvimento das bacias brasileiras, especialmente em águas profundas e ultraprofundas, o que nos tornou líder mundial neste segmento.

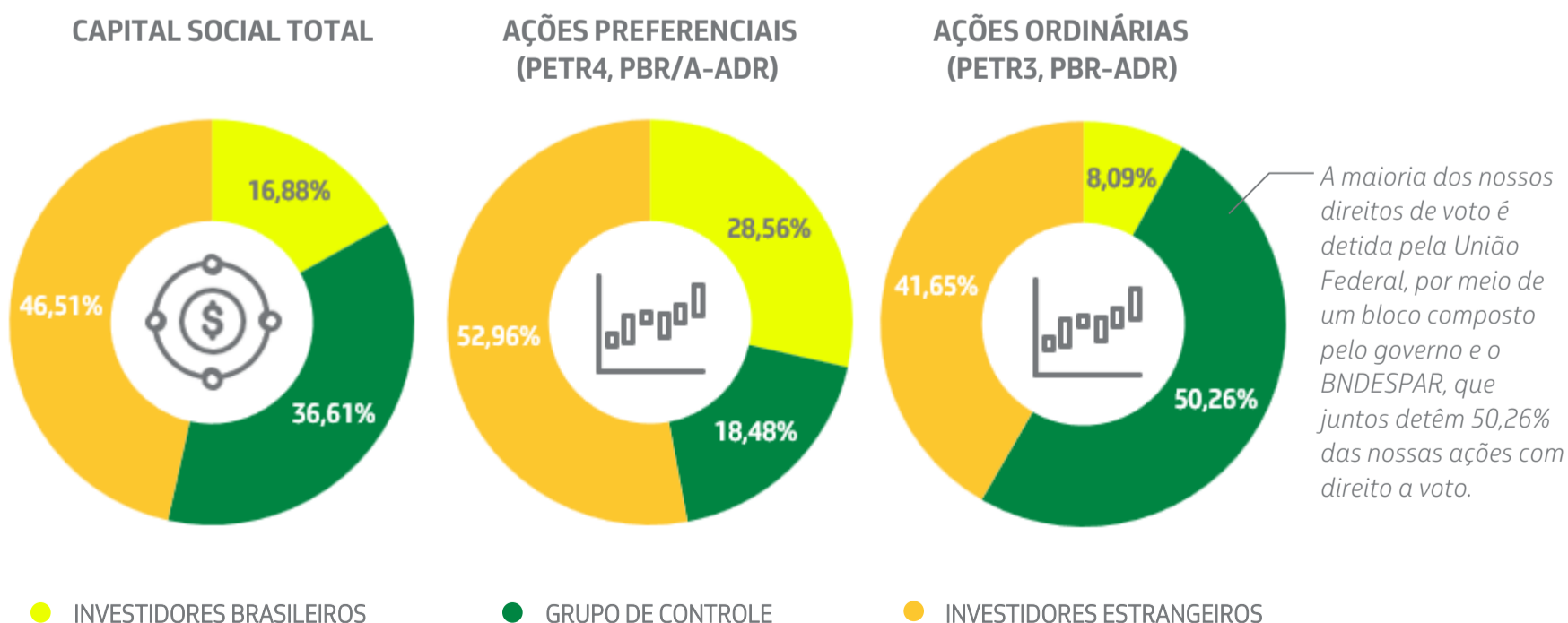
Entretanto, nossos negócios vão além do alcance do campo e da retirada de petróleo e gás. Isso implica um longo processo por meio do qual transportamos petróleo e gás para nossas refinarias e unidades de tratamento de gás natural, que devem estar equipadas e em constante evolução para fornecer os melhores produtos. É nossa prioridade operar com baixos custos e com baixa emissão de carbono, o que contribui para nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável para uma sociedade em transição.

Possuímos uma grande base de reservas provadas e operamos e produzimos a maior parte do petróleo e gás do Brasil. A maioria de nossas reservas provadas no mercado interno está localizada nas bacias marítimas de Campos e Santos, no sudeste do Brasil, o que permite otimizar nossa infraestrutura e limitar nossos custos de desenvolvimento e produção para nossas novas descobertas. Além disso, desenvolvemos conhecimentos em exploração e produção em águas profundas e ultraprofundas a partir de quase 50 anos atuando nas principais bacias marítimas brasileiras. A Bacia de Santos consiste na principal fonte de nosso crescimento futuro em reservas provadas e em produção de petróleo.

Operamos através de subsidiárias, *joint ventures* (operações conjuntas) e empresas associadas estabelecidas no Brasil e em outros países. Nossas ações são negociadas na bolsa de valores B3, de São Paulo, desde 1968, e a maioria do nosso capital votante pertence à União Federal. Também temos ações negociadas nas bolsas de valores de Nova Iorque (NYSE) e de Madri (Latibex).

A Petrobras é controlada pela União Federal, que detém diretamente 50,26% das ações ordinárias e 28,67% do nosso capital social total. A União Federal detém, ainda, participação indireta de 18,48% das nossas ações preferenciais; e 7,94% do nosso capital social total, por meio dos seguintes acionistas: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BNDES Participações S.A. (BNDESPAR).

A composição do nosso capital social refere-se à posição acionária de 10/04/2023.



NOSSAS PRINCIPAIS ATIVIDADES



Somos uma das maiores produtoras de petróleo e gás do mundo. Segundo compilação dos dados publicados mensalmente no Boletim Mensal de Produção da ANP, em 2022, os campos operados pela companhia produziram 92,66% da produção total de óleo e gás natural do Brasil, enquanto outras operadoras responderam por 7,34% da produção. Considerando a produção por concessionário, a produção de óleo e gás natural da Petrobras equivaleu a 68,62% do que é produzido no Brasil e a dos outros concessionários, 31,38%.

Em decorrência dos mais de 50 anos atuando nas bacias marítimas brasileiras, desenvolvemos um conhecimento técnico especial na exploração e produção em águas profundas e ultraprofundas, nos tornando líder mundial nessa classe de ativo, segundo compilação dos dados publicados a partir de base de dados da consultoria IHS Markit.

A maior parte das nossas reservas provadas está localizada nas bacias *offshore* adjacentes de Campos e Santos, no sudeste do Brasil. Essa proximidade nos permite otimizar nossa infraestrutura e limitar os custos de exploração, desenvolvimento e produção.

Também atuamos nos mercados de refino, transporte e comercialização, possuindo e operando 11 refinarias. As refinarias são responsáveis pela maior parte da capacidade de refino no Brasil, que está substancialmente concentrada na região Sudeste, onde se encontram os mercados mais populosos e industrializados do país e adjacente às principais fontes de petróleo e gás natural nas bacias de Campos e Santos.

Além disso, atuamos na geração de energia, na atividade de biocombustíveis e petroquímica, por meio de ativos próprios e participações em algumas empresas.



Informações sobre segmentos operacionais

a. Produtos e serviços comercializados

Nossos negócios estão divididos em três principais segmentos:

Segmento	Descrição
Exploração e Produção (E&P)	Abrange as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de petróleo, LGN (líquido de gás natural) e gás natural no Brasil e no exterior, objetivando atender, prioritariamente, as refinarias do país e atuando também de forma associada com outras empresas em parcerias, além das participações societárias em empresas deste segmento no exterior.
Refino, Transporte e Comercialização (RTC)	Contempla as atividades de refino, logística, transporte, aquisição e exportação de petróleo bruto, assim como a compra e venda de produtos derivados do petróleo e etanol, no Brasil e no exterior. Adicionalmente, esse segmento inclui a área de petroquímica, que compreende investimentos em sociedades do setor petroquímico, a exploração e o processamento de xisto.
Gás & Energia (G&E)	Contempla as atividades de logística, comercialização de gás natural e energia elétrica, transporte e comercialização de gás natural liquefeito (GNL), geração de energia através de usinas termelétricas, bem como participação em sociedades no segmento de energia elétrica, transportadoras e distribuidoras de gás natural no Brasil e no exterior. Nesse segmento, também são incluídos os resultados de operações de processamento de gás natural e produção de fertilizantes da companhia.

Além disso, a classificação “Corporativo e outros negócios” inclui os itens que não podem ser atribuídos aos segmentos de negócios, compreendendo aqueles com características corporativas, além dos negócios de distribuição e biocombustíveis. Itens corporativos incluem principalmente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, overhead relativo à administração central e outras despesas, incluindo despesas atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos assistidos. Os outros negócios incluem a distribuição de derivados no exterior (América do Sul) e a produção de biodiesel e de seus coprodutos.



b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da companhia

Segmento	31/12/2022 (Valores em R\$)	%
E&P	401.204.000.000	62,57%
RTC	584.697.000.000	91,18%
G&E	77.867.000.000	12,14%
Corp & outros	2.636.000.000	0,41%
Receita agregada	1.066.404.000.000	166,30%
Eliminações ⁽¹⁾	(425.148.000.000)	(66,30%)
Consolidado	641.256.000.000	100,00%

(1) Correspondem às operações internas entre os nossos segmentos de negócio, as quais são eliminadas quando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da companhia

Segmento	31/12/2022 (Valores em R\$)	%
E&P	164.577.000.000	87,08%
RTC	38.142.000.000	20,18%
G&E	5.739.000.000	3,04%
Corp e outros	(14.803.000.000)	(7,83%)
Lucro/Prejuízo Agregado	193.655.000.000	102,47%
Eliminações ⁽¹⁾	(4.650.000.000)	(2,47%)
Consolidado	189.005.000.000	100,00%

(1) Correspondem às operações internas entre os nossos segmentos de negócio, as quais são eliminadas quando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Para informações mais detalhadas sobre nossas atividades e de nossas controladas, os nossos mercados de atuação e diversificação geográfica, ver itens 1.2, 1.3, 1.4 e 6.5 do Formulário de Referência.

Vale observar que alguns ativos e participações da companhia estão em processo de desinvestimento. Para informações sobre os principais processos de desinvestimentos correntes, ver item 2.10.a.iii do Formulário de Referência, disponível em nosso [site de Investidores](#).

INTERESSE PÚBLICO



Somos uma sociedade de economia mista, constituída pela Lei no 2.004, de 3 de outubro de 1953, posteriormente revogada pela Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, cuja maioria do capital votante pertence à União Federal. A constituição de sociedade de economia mista somente é admitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou em casos de relevante interesse coletivo, na forma do artigo 173 da Constituição da República.

Para tanto, conforme previsto no artigo 238 da Lei no 6.404/76, poderemos ter nossas atividades orientadas com a finalidade de atender ao interesse público que justificou a nossa criação, tal como disposto no § 3º do artigo 3º do nosso Estatuto Social, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional previsto no artigo 1º, inciso V, da Lei nº 9.478/97, de garantir o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional.

A contribuição para a consecução desse interesse público deve ser compatível com o objeto social da Petrobras e com as condições de mercado, não podendo colocar em risco a rentabilidade e a sustentabilidade financeira da companhia.

Assim, na forma do artigo 8º, §2º, da Lei nº 13.303/16, caso o atendimento ao interesse público se dê em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, as obrigações ou responsabilidades assumidas por nós deverão estar definidas em norma ou regulamento e estar previstas em documento específico, como contrato ou convênio, observada a ampla publicidade destes instrumentos, bem como a divulgação dos seus custos e receitas discriminados, inclusive no plano contábil.

Em linha com esses normativos, em dezembro de 2017, realizamos ajustes em nosso Estatuto Social para indicar, de forma clara, o relevante interesse coletivo que justificou a nossa criação, bem como para formalizar os requisitos para seu atendimento, nas hipóteses em que esse se dê em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado. Nesse caso, caberá à União nos compensar, a cada exercício social, pela diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida, conforme expresso no art. 3º do nosso Estatuto Social.

Cientes dos requisitos legais e parâmetros objetivos previstos na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, que determinam a explicitação dos compromissos realizados para a consecução de objetivos de políticas públicas, bem como dos recursos e dos impactos financeiros advindos, visando à divulgação de informações completas e consistentes, descrevemos a seguir as obrigações ou compromissos assumidos antes da Lei no 13.303/16 e da reforma do nosso Estatuto Social que inseriu as previsões relativas ao interesse público.

a. Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet)

O programa do governo federal, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, instituído por meio do Decreto de 18 de julho de 1991 e executado com o apoio técnico e administrativo da Petrobras, visa promover o desenvolvimento de uma cultura antidesperdício no uso dos recursos naturais não renováveis. Desde a sua criação, o Conpet desenvolve parcerias para a realização de avaliações das emissões de materiais particulados em ônibus e caminhões, bem como para a orientação da sociedade quanto ao uso eficiente dos veículos.

Em 2022, foram realizadas as seguintes atividades pertinentes ao Conpet:

- Participação no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), que visa estimular a produção e a utilização de aparelhos a gás e veículos mais eficientes. Esse programa busca incentivar o consumo consciente informando ao consumidor, por meio da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia, sobre o consumo de combustíveis dos diversos modelos de automóveis e de aparelhos que utilizam gás.

Possuímos um representante no grupo que coordena o Conpet, bem como provemos apoio técnico e administrativo ao programa, por meio do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes). Os profissionais envolvidos nestas atividades não possuem dedicação exclusiva ao referido programa e não são responsáveis pelas ações de certificações.

Continuamos em tratativas junto ao Ministério de Minas e Energia (MME) para transferência das atividades no Grupo Coordenador do Conpet, nas condições de Membro Nato – Secretário Executivo e Representante Técnico do Cenpes, para outro ente a ser definido pelo MME. O interesse pela transferência foi manifestado por carta protocolada junto ao ministério. O MME respondeu, em 22/04/2022, que as interações entre as equipes técnicas do MME e da Petrobras para informações detalhadas do processo, funcionamento de aplicativos e sítio eletrônico foram suficientes para a transmissão do conhecimento. O MME deu ciência no interesse da total transferência das responsabilidades e informou que daria início a uma Análise de Impacto Regulatório (procedimento, a partir da definição de um problema regulatório, de avaliação prévia à edição dos atos normativos de interesse geral, que conterá informações e dados sobre os seus prováveis efeitos, para verificar a razoabilidade do impacto e subsidiar a tomada de decisão).

Para o exercício social em curso está previsto o atendimento às convocações de Participações Técnicas pelo MME para o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular.

O valor aplicado no Conpet no ano de 2022 foi de aproximadamente R\$ 417 mil, custeados pelo orçamento da Petrobras. O orçamento previsto para 2023 é de R\$ 47 mil e a origem dos recursos é a geração própria de caixa da companhia.

b. Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT)

Em 24 de fevereiro de 2000, frente ao risco iminente de racionamento de energia, foi instituído, mediante o Decreto nº 3.371, o Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT), o qual visava estimular investimento nesta fonte de geração, diversificando a oferta de energia no país.

Nesse contexto, o Ministério de Minas e Energia, no âmbito de suas atribuições, publicou a Portaria 43, de 25 de fevereiro de 2000, assegurando às usinas integrantes desse programa, desde que tivessem entrado em efetiva operação comercial até 31 de dezembro de 2004, fazerem jus ao suprimento de gás natural pela Petrobras, em linha com a Lei nº 9.478/97, por um prazo de até 20 anos, contados a partir do início da operação comercial, com preço pré-estabelecido, reajustado pela inflação americana, e conforme Portaria Interministerial MME/MF 234, de 22 de julho de 2002.

Nossa atuação no PPT está pautada no cumprimento dos contratos de suprimento de gás natural celebrados com as usinas termelétricas integrantes do programa.

O suprimento de gás para as usinas no âmbito do PPT gerou, em 2022, receitas de R\$ 1,029 bilhão e custos de R\$ 1,269 bilhão, resultado este suprido pelo orçamento da companhia.

As informações sobre interesse público estão também descritas no item 1.10 do Formulário de Referência, disponível em nosso [site de Investidores](#).

GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS



Acreditamos que a gestão integrada e proativa de riscos é fundamental para a entrega de resultados seguros e sustentáveis. Nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais tem como princípios fundamentais o respeito à vida em toda a sua diversidade, a atuação ética e em conformidade com requisitos legais e regulatórios, bem como o pleno alinhamento e a coerência com o nosso plano estratégico. A gestão de riscos é integrada com a orientação de ações de resposta a riscos que considerem os possíveis impactos nos nossos stakeholders e voltadas para a agregação e a preservação de valor para os acionistas e a continuidade dos negócios.

Nosso processo de gestão de riscos é coordenado por uma área corporativa, permitindo a padronização e a uniformização de nossas análises de risco e o gerenciamento das responsabilidades dos riscos, que estão estruturados de acordo com o modelo de três linhas. Neste modelo, cada grupo de gestores que compõe as linhas desempenha um papel distinto na estrutura de governança. Isto pressupõe um conjunto de atividades contínuas e integradas, apoiadas numa estrutura que compreende, na prática, o Conselho de Administração (CA), a Diretoria Executiva (DE), titulares da estrutura geral e todos os empregados, prestadores de serviço e demais partes envolvidas.

A identificação, a avaliação e o tratamento dos riscos são feitos pelas unidades organizacionais, em articulação com a Gerência Executiva de Riscos. Riscos estratégicos são reportados trimestralmente ao CE-Riscos, à DE, ao CAE e ao CA e riscos altos e muito altos são reportados mensalmente ao CAE. A avaliação da eficácia do processo de gestão de riscos é feita pela Auditoria Interna, órgão subordinado diretamente ao CA.

Essa estrutura de governança foi desenhada de forma a possibilitar uma adequada segregação de funções entre os tomadores de riscos e os responsáveis pela definição dos limites à exposição e pelo seu monitoramento periódico.

Assim, a nossa estrutura organizacional apresenta os seguintes órgãos colegiados e suas respectivas atribuições:

- **Conselho de Administração (CA):** aprovar o nosso apetite a risco (definido como a quantidade total de riscos que a empresa está disposta a assumir na busca de sua missão ou visão) e acompanhar de forma sistemática a gestão de riscos.
- **Comitê de Auditoria Estatutário (CAE):** assessorar o Conselho de Administração no estabelecimento de políticas globais relativas à gestão de riscos.
- **Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado (CAECO):** assessorar o Conselho de Administração no estabelecimento de políticas globais relativas à gestão de riscos das sociedades do Conglomerado Petrobras.
- **Diretoria Executiva (DE):** propor ao Conselho de Administração a aprovação do nosso apetite a risco e deliberar sobre medidas necessárias para garantir o alinhamento entre o apetite ao risco e a exposição a risco da Petrobras.

- **Comitê Executivo de Riscos (CE-Riscos):** vinculado à Diretoria Executiva, tem como atribuições monitorar as ações de tratamento dos riscos empresariais, analisar e emitir recomendações sobre as políticas e processos de gestão de riscos, as métricas de acompanhamento e limites de exposição a riscos, bem como encaminhar à Diretoria Executiva tema de gerenciamento de riscos que julgar relevante dar conhecimento.

As atividades dos órgãos acima são regidas pelos seus regimentos internos, que definem a finalidade, composição, atribuições, regras de funcionamento, deveres, responsabilidade e avaliação de desempenho de cada colegiado.

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva acompanham periodicamente os principais resultados da gestão de riscos na Petrobras. Normalmente, na tomada de decisão de questões relevantes na companhia são considerados de forma sistemática os riscos e as ações de resposta em cada alternativa de decisão.

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

Nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais, aprovada pelo Conselho de Administração, apresenta uma abordagem abrangente da gestão dos riscos empresariais, uma vez que associa a tradicional visão econômico-financeira a elementos de gestão contra ameaças à vida, à saúde e ao meio ambiente (SMS), de proteção do patrimônio e das informações empresariais (inteligência e segurança corporativa) e de combate à fraude e corrupção (conformidade legal), dentre outros riscos.

Entendemos que os riscos devem ser considerados em todas as decisões, sua gestão deve ser realizada de maneira integrada e as respostas a eles devem atentar para as possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance.

Os riscos aos quais estamos expostos (riscos empresariais) são classificados em três agrupamentos: (a) operacional, (b) financeiro e (c) conformidade, legal e regulatório.

OPERACIONAL

Reúne riscos decorrentes das nossas atividades-fim, além daqueles decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos e industriais, do suprimento de bens e serviços, sistemas, assim como de catástrofes naturais e/ou ações de terceiros.

FINANCEIRO

Reúne os riscos oriundos de flutuações de mercado, inadimplemento de contrapartes e de descasamento entre ativos e passivos.

CONFORMIDADE, LEGAL E REGULATÓRIO

Reúne os riscos empresariais relacionados ao cumprimento das leis e dos regulamentos pertinentes aplicáveis à empresa, bem como seu Código de Conduta Ética e outros documentos relacionados.

Instrumentos para proteção

O nosso sistema de gestão de riscos está plenamente alinhado e coerente com nosso Plano Estratégico 2023-2027. Os riscos são considerados em todas as nossas decisões estratégicas e a gestão é sempre realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios inerentes à diversificação.

Uma vez identificados os riscos, as ações de resposta são avaliadas frente às possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance dos riscos, e priorizadas de acordo com a agregação ou preservação de valor aos acionistas.

- **Riscos Operacionais:** entendemos que é possível trabalhar sem acidentes e é dever de todos cuidar da segurança, razão pela qual inseriu a segurança como uma métrica de topo.

Acreditamos que a vida deve ser respeitada em toda sua diversidade e resguardada contra ameaças decorrentes de ações intencionais ou não. Isto naturalmente nos leva a priorizar a segurança e a confiabilidade de nossos processos e das nossas instalações como forma de proteger as pessoas e o meio ambiente. A gestão deste risco dá-se a partir de rígidos programas de inspeções e de manutenções nas nossas instalações, além de um contínuo esforço de treinamento da nossa força de trabalho para o correto cumprimento de requisitos de segurança, de acordo com as melhores práticas internacionais. Além disso, possuímos um Guia de Gerenciamento de Crise, alinhado às recomendações do Guia de Orientação para Gerenciamento de Riscos Corporativos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3.

A gestão de riscos operacionais também perpassa a nossa gestão ativa de portfólio. A gestão destes riscos, por sua vez, ocorre a partir de um robusto processo de planejamento e de gestão da nossa carteira. Além disso, monitoramos continuamente a evolução do cenário externo e a nossa atuação junto aos nossos diversos públicos de interesse continuamente.

- **Riscos Financeiros:** a gestão dos riscos financeiros (mercado, crédito e liquidez) deve considerar uma análise integrada, garantindo que as relações entre as operações de nossas diferentes áreas e nossas participações societárias sejam avaliadas, priorizando formas de proteção naturais.
- **Riscos de Conformidade, Legais e Regulatórios:** a gestão de riscos insere-se em nosso compromisso de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nas jurisdições onde atuamos. Não toleramos desvios de conduta contrários aos princípios descritos no Código de Conduta Ética ou de descumprimento de nossas obrigações legais e contratuais, exigindo o mesmo padrão de comportamento de nossos colaboradores, parceiros e fornecedores. Os riscos de conformidade, em especial os de fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e de confiabilidade dos relatórios financeiros, são mitigados por meio de controles internos, da constante divulgação do Código de Conduta Ética, do Sistema de Integridade e outros instrumentos de prevenção adotados pela companhia.

O nosso negócio, incluindo as relações com terceiros, é guiado por princípios éticos. Adotamos um Código de Conduta Ética, Guia de Conduta de Fornecedores e uma série de políticas internas destinadas a orientar nossos administradores, empregados e prestadores de serviços e reforçar nossos princípios e regras de comportamento ético e conduta profissional. Oferecemos aos funcionários, contratados e terceiros um canal de comunicação externo para o recebimento de denúncias (Canal de Denúncia Petrobras – www.contatoseguro.com.br/petrobras), operado por empresa independente.

Nossos controles internos

Nossa administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos eficazes referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como pela avaliação da eficácia dos controles internos em nível de entidade, financeiros e de tecnologia da informação, referentes ao processo de preparação e divulgação das referidas demonstrações, com o objetivo de fornecer segurança razoável relativamente à confiabilidade do processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nossa administração, com base nos critérios estabelecidos no Internal Control – Integrated Framework (2013) emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), procede à verificação do sistema de controles internos, os quais são autoavaliados anualmente pelos gestores (*control self-assessment*), revisados quanto à adequação do desenho e testados quanto à sua eficácia.

Nossa administração avaliou a eficácia dos controles internos sobre os nossos relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2022. Com base nessa avaliação, usando a classificação de deficiências do sistema de controle interno da norma brasileira NBC TA 265 (Norma Brasileira de Contabilidade 265), a administração concluiu que os controles internos sobre nossos relatórios financeiros foram efetivos em 31 de dezembro de 2022.

Estruturas organizacionais envolvidas

Na composição da estrutura da nossa Diretoria Executiva de Governança e Conformidade (DGC), dispomos da Gerência Executiva de Conformidade, que é responsável por conduzir, anualmente, o processo de certificação de controles internos na Petrobras, cuja avaliação de efetividade também conta com a participação da Auditoria Interna, área vinculada ao Conselho de Administração.

O estabelecimento e a manutenção dos nossos controles internos referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como a avaliação da sua eficácia, é um processo executado pelos gestores, desenvolvido sob responsabilidade do nosso presidente e do diretor executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores e supervisionado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento do nosso Conselho de Administração.

Os auditores independentes, no cumprimento de suas atribuições, avaliaram a adequação e a efetividade do sistema de controle interno sobre o processo de preparação e divulgação dos nossos relatórios financeiros e, em seu relatório circunstanciado, preparado nos termos do artigo 25, ii, da Resolução CVM 23/21, não foram apontadas deficiências significativas.

Para mais informações sobre nosso gerenciamento de riscos e controles internos, ver itens 5.1 a 5.3 do Formulário de Referência, disponível em nosso [site de Investidores](#).



FATORES DE RISCO



A natureza de nossas operações nos expõe a uma série de riscos que, individualmente ou em conjunto, podem ter um efeito em nosso desempenho financeiro. Os fatores de riscos são apresentados nos seguintes grupos:

Riscos relacionados (a) ao emissor; (b) a nossos acionistas, em especial os acionistas controladores; (c) a nossas controladas e coligadas; (d) a nossos administradores; (e) a nossos fornecedores; (f) a nossos clientes; (g) aos setores da economia nos quais o emissor atue; (h) à regulação dos setores em que o emissor atue; (i) aos países estrangeiros onde o emissor atue; (j) a questões sociais; (k) a questões ambientais; (l) a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição; (m) ao uso da marca; (n) a ações e títulos de dívida.

a. Riscos relacionados ao emissor

a.1. Estamos expostos a riscos de segurança, meio ambiente e saúde em nossas operações, que podem levar a acidentes, perdas significativas, processos administrativos e passivos judiciais.

a.2. Podemos sofrer perdas e dedicar tempo e recursos financeiros na defesa de litígios e arbitragens pendentes.

a.3. Falhas em sistemas de tecnologia da informação, sistemas de segurança da informação (cybersecurity) e sistemas e serviços de telecomunicações podem impactar adversamente as nossas operações e reputação.

a.4. A seleção e o desenvolvimento dos nossos projetos de investimento possuem riscos que podem afetar nossos resultados esperados.

a.5. Temos passivos substanciais e podemos estar expostos a restrições de liquidez significativas no curto e médio prazo, o que pode afetar materialmente e adversamente nossa condição financeira e resultados.

a.6. Interpretações divergentes da legislação tributária ou mudanças na lei tributária podem causar um efeito adverso sobre a nossa condição financeira e sobre os nossos resultados.

a.7. Manter os objetivos da produção de petróleo no longo prazo depende da nossa capacidade de incorporar e desenvolver com êxito as nossas reservas.

a.8. As nossas estimativas de reservas de petróleo e gás natural envolvem certo grau de incerteza, o que pode afetar adversamente a nossa capacidade de gerar receita.

a.9. Os projetos de descomissionamento vêm crescendo e se tornando mais relevantes em nosso portfólio, além de estarem sujeitos a crescentes exigências regulamentares e expectativas de partes interessadas, podendo resultar em danos à nossa imagem e aumento de custos.

a.10. As obrigações com planos de benefícios previdenciários (Petros) e assistência médica são estimativas que são revisadas anualmente e podem divergir das contribuições reais futuras devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, bem como mudanças nas premissas atuariais, o que pode demandar contribuições adicionais para reequilibrar os planos.

a.11. Dificuldades em atrair, desenvolver e reter pessoas com as habilidades e capacitação necessárias pode impactar negativamente a implementação da nossa estratégia.

a.12. Greves, paralisações ou reivindicações trabalhistas por parte dos nossos empregados ou por empregados de nossos fornecedores, empresas contratadas podem afetar adversamente os nossos resultados e o nosso negócio.

a.13. Os nossos negócios podem ser material e adversamente afetados pelo surgimento de epidemias ou pandemias, como a Covid-19.

a.14. Não mantemos seguro contra interrupção de negócios nas operações no Brasil e a maioria de nossos ativos não está segurada contra guerra ou sabotagem.

a.15. A capacidade de desenvolver-se, adaptar-se e ter acesso a novas tecnologias é fundamental para a nossa competitividade.

a.16. Em decorrência de desinvestimentos e parcerias, estamos expostos a riscos que podem levar a perdas financeiras.

a.17. Estamos sujeitos ao risco de que os controles internos sobre relatórios financeiros possam se tornar inadequados devido a mudanças no ambiente de controles, ou de que o grau de conformidade com nossas políticas e procedimentos possa se deteriorar.

a.18. Possíveis desdobramentos adversos na Operação Lava Jato ou outras investigações futuras relacionadas à possibilidade de descumprimento da Lei Sobre Práticas de Corrupção no Exterior (Foreign Corrupt Practices Act) dos EUA podem nos afetar adversamente. As violações desta ou de outras leis podem exigir que paguemos multas e podem nos expor e nossos empregados a sanções penais e ações civis.

a.19. Poderemos enfrentar processos adicionais relacionados à Operação Lava Jato.

a.20. Operações com partes relacionadas podem não ser devidamente identificadas e tratadas.

a.21. Violações de leis de proteção de dados aplicáveis podem acarretar multas e outros tipos de sanções que podem nos afetar adversamente.

b. Riscos relacionados a nossos acionistas, em especial a nosso acionista controlador

b.1. A União Federal, como nossa acionista controladora, pode buscar certos objetivos macroeconômicos e sociais por nosso intermédio, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

b.2. O pagamento de dividendos e o montante destinado para a distribuição aos acionistas depende da política de remuneração aos acionistas, que está sujeita a mudanças.

c. Riscos relacionados a nossas controladas e coligadas

Consideramos nossas controladas e coligadas de forma consolidada na elaboração de nossos fatores de riscos listados neste relatório, com destaque para:

- a.1) Estamos expostos a riscos de segurança, meio-ambiente e saúde em nossas operações, que podem levar a acidentes, perdas significativas, processos administrativos e passivos judiciais;*
- a.2) Podemos sofrer perdas e dedicar tempo e recursos financeiros na defesa de litígios e arbitragens pendentes;*

- a.6) Interpretações divergentes da legislação tributária ou mudanças na lei tributária podem causar um efeito adverso sobre a nossa condição financeira e sobre os nossos resultados;
- a.16) Em decorrência de desinvestimentos e parcerias, estamos expostos a riscos que podem levar a perdas financeiras;
- a.20) Operações com partes relacionadas podem não ser devidamente identificadas e tratadas;
- g.2) Mudanças no ambiente competitivo do mercado brasileiro de petróleo e gás podem intensificar as exigências para que o nosso nível de desempenho permaneça alinhado aos das melhores empresas globais do setor. A necessidade de adaptação a um ambiente cada vez mais competitivo e mais complexo pode comprometer a nossa capacidade de implementação de nosso atual Plano Estratégico ou quaisquer planos subsequentes adotados;
- i.1) Possuímos ativos e investimentos em outros países da América do Sul, onde a situação política, econômica e social pode impactar negativamente os seus negócios;
- j.1) Os nossos projetos e operações podem afetar negativamente diferentes comunidades, especialmente em relação aos direitos humanos. Esses projetos e operações também podem ser afetados pelas expectativas e dinâmicas dessas populações, impactando os nossos negócios, a nossa imagem e reputação;
- n.6) O mercado de títulos de dívida da PGF pode não ser líquido;
- n.7) Seríamos obrigados a pagar sentenças dos tribunais brasileiros para executar nossas obrigações nos termos da garantia relativa aos títulos da PGF apenas em reais;
- n.8) Uma conclusão de que estamos sujeitos às leis de falência dos EUA e que a garantia executada por nós foi uma transferência fraudulenta pode resultar na perda dos detentores de notas da PGF de suas reivindicações legais contra a companhia.

d. Riscos relacionados a nossos administradores

d.1. A falha em prevenir, detectar em tempo hábil, ou corrigir comportamentos incompatíveis com nossos princípios éticos e regras de conduta pode ter um efeito material adverso sobre nossos resultados e nossa condição financeira.

e. Riscos relacionados a nossos fornecedores

e.1. Contamos com fornecedores de bens e serviços na operação e realização de nossos projetos e, como resultado, podemos ser afetados adversamente por falha ou atrasos de tais fornecedores.

f. Riscos relacionados a nossos clientes

f.1. Estamos expostos a riscos de crédito de alguns de nossos clientes e aos riscos de inadimplência associados. Qualquer inadimplência relevante ou descumprimento por alguns de nossos clientes podem afetar adversamente o nosso fluxo de caixa, resultados e condição financeira.

f.2. Podemos ser obrigados judicialmente a garantir o fornecimento de produtos ou serviços para contrapartes que estão inadimplentes.

g. Riscos relacionados aos setores da economia nos quais atuemos

g.1. O nosso fluxo de caixa e rentabilidade estão expostos à volatilidade dos preços do petróleo, gás natural, gás natural liquefeito (GNL) e derivados.

g.2. Mudanças no ambiente competitivo do mercado brasileiro de petróleo e gás podem intensificar as exigências para que o nosso nível de desempenho permaneça alinhado aos das melhores empresas globais do setor. A necessidade de adaptação a um ambiente cada vez mais competitivo e mais complexo pode comprometer a nossa capacidade de implementação de nosso atual Plano Estratégico ou quaisquer planos subsequentes adotados.

g.3. Fragilidade no desempenho da economia brasileira, instabilidade no ambiente político, mudanças legais ou regulatórias e percepção do investidor dessas condições podem afetar adversamente o resultado das operações e o nosso desempenho financeiro e podem ter um efeito adverso relevante sobre nós.

g.4. Alegações de corrupção política contra membros do Governo Federal brasileiro podem criar instabilidade econômica e política.

g.5. As flutuações do mercado, relacionadas à instabilidade política, atos de terrorismo, insurreições, conflitos armados e guerras em várias regiões do mundo, podem ter um efeito adverso relevante nos nossos negócios.

g.6. Estamos vulneráveis ao aumento do serviço da dívida resultante da depreciação do real em relação ao dólar americano e aumentos nas taxas de juros vigentes no mercado.

g.7. Fatores externos podem impactar o sucesso da implementação de parcerias e gerenciamento de portfólio.

g.8. Mudanças no ambiente econômico, na indústria de óleo e gás e em outros fatores resultaram, e poderão resultar, em substanciais reduções do valor contábil de alguns dos nossos ativos, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

h. Riscos relacionados à regulação dos setores em que o emissor atue

h.1. Divergências de interpretações e novas exigências das agências reguladoras em nosso setor podem resultar na necessidade de aumento de investimentos, despesas e custos operacionais ou podem provocar atrasos na produção.

h.2. Não somos proprietários das acumulações de petróleo e gás natural no subsolo do Brasil.

i. Riscos relacionados aos países estrangeiros onde o emissor atue

i.1. Possuímos ativos e investimentos em outros países da América do Sul, onde a situação política, econômica e social pode impactar negativamente os nossos negócios.

j. Riscos relacionados a questões sociais

j.1. Os nossos projetos e operações podem afetar negativamente diferentes comunidades, especialmente em relação aos direitos humanos. Esses projetos e operações também podem ser afetados pelas expectativas e dinâmicas dessas populações, impactando os nossos negócios, a nossa imagem e reputação.

k. Riscos relacionados a questões ambientais

k.1. Interpretações divergentes de inúmeras regulamentações ambientais, de saúde e segurança e padrões da indústria que estão se tornando mais rigorosas podem resultar em aumento de gastos operacionais e de capital e em redução da produção, bem como na aplicação de sanções e dificuldade para obtenção ou renovação de licenças.

l. Riscos relacionados a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

l.1. Mudanças climáticas podem impactar o nosso resultado e a nossa estratégia.

l.2. Eventos de escassez hídrica em algumas regiões onde atuamos podem impactar a disponibilidade de água em quantidade e/ou qualidade necessárias às nossas operações, bem como dificuldades na obtenção de outorgas de direito de uso de recursos hídricos, impactando a continuidade de negócios das nossas unidades industriais.

m. Riscos relacionados ao uso da marca

m.1. A atuação de empresas que possuem licença de uso das marcas da Petrobras pode impactar a nossa imagem e reputação.

n. Riscos relacionados a ações e títulos de dívida

n.1. O tamanho, volatilidade, liquidez ou regulamentação dos mercados brasileiros de valores mobiliários podem limitar a capacidade dos detentores de ADSs e vender as ações ordinárias ou preferenciais subjacentes às nossas ADSs.

n.2. Os detentores de nossas ADSs podem ser incapazes de exercer direitos de preferência com relação às ações subjacentes às ADSs.

n.3. Se os detentores de nossas ADSs trocarem suas ADSs por ações, eles correm o risco de perder a capacidade de remeter moeda estrangeira para o exterior em tempo hábil e outras vantagens relacionadas.

n.4. Os detentores de nossas ADSs podem enfrentar dificuldades para proteger seus interesses.

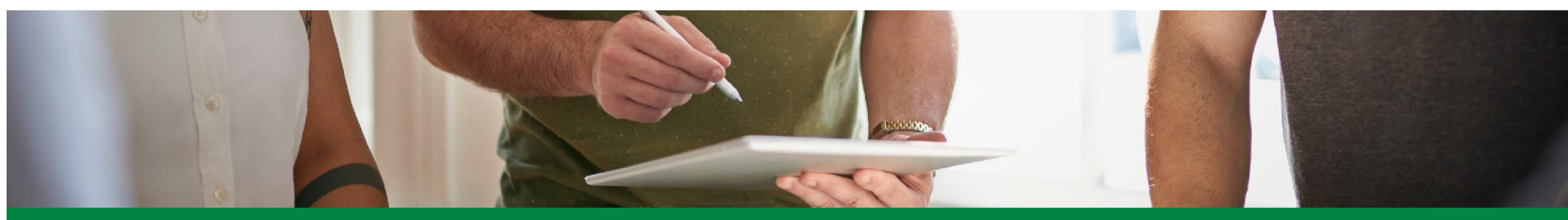
n.5. Os detentores de nossas ADSs não têm os mesmos direitos de voto que nossos acionistas. Além disso, os detentores de ADSs representando ações preferenciais não têm direito a voto.

n.6. O mercado de títulos de dívida da PGF pode não ser líquido.

n.7. Seríamos obrigados a pagar sentenças dos tribunais brasileiros para executar nossas obrigações nos termos da garantia relativa aos títulos da PGF apenas em reais.

n.8. Uma conclusão de que estamos sujeitos às leis de falência dos EUA e que a garantia executada por nós foi uma transferência fraudulenta pode resultar na perda dos detentores de notas da PGF de suas reivindicações legais contra a companhia.

Para ver a descrição completa dos nossos Fatores de Risco e riscos de mercado, consultar os itens 4.1 a 4.3 do Formulário de Referência, disponível em nosso [site de Investidores](#).



SISTEMA DE INTEGRIDADE



Nosso sistema de integridade é um conjunto de estruturas de governança, normas e instrumentos de gerenciamento e controle, visando prevenir a materialização dos riscos de conformidade. O nosso sistema de integridade é composto pelo Programa de Compliance e pelas áreas que atuam nos riscos de conformidade e tem como objetivo garantir um ambiente corporativo íntegro para os negócios, com transparência, ética e diálogo com nossos colaboradores, parceiros e clientes.

O modelo de atuação do sistema de integridade está estruturado de acordo com as três linhas do Instituto dos Auditores Internos (IIA). Nesse modelo, cada grupo que compõe as linhas desempenha um papel distinto na estrutura de governança. Isso pressupõe um conjunto de atividades contínuas e integradas, apoiadas pela estrutura, conforme figura apresentada a seguir:



Programa de Compliance

O nosso **Programa de Compliance** é o conjunto de mecanismos destinados a prevenir, detectar e remediar desvios de conduta e atos lesivos praticados contra a companhia. O Programa foi construído com base nos princípios e diretrizes estabelecidos na nossa Política de Compliance e no nosso Código de Conduta Ética, com o propósito de fomentar e manter um ambiente de integridade na companhia.

O Programa destina-se aos nossos diversos públicos de interesse, incluindo: alta administração, colaboradores da Petrobras e suas participações societárias, clientes, fornecedores, investidores, parceiros, poder público e todos aqueles que se relacionam e/ou representam os interesses da companhia em suas relações de negócios.

A Diretoria de Governança e Conformidade da Petrobras é a responsável pelo nosso Programa de Compliance, sendo a guardiã do sistema de integridade.

Código de Conduta Ética

Nosso Código de Conduta Ética segue as melhores práticas de integridade empresarial e representa mais um passo para o fortalecimento de um ambiente íntegro para os negócios. O Código define os princípios éticos que norteiam nossas ações e compromissos de conduta, tanto institucionais quanto da nossa alta administração e empregados, explicitando o sentido ético do nosso propósito, da nossa visão e do nosso Plano Estratégico.

Nosso Código de Conduta Ética deve ser revisado a cada dois anos, tendo o Conselho de Administração aprovado a última revisão em novembro de 2022. O Código de Conduta Ética pode ser acessado por todos os colaboradores em nossa página interna e em nosso site eletrônico externo. Nossos colaboradores devem conhecer o Código de Conduta Ética, participar de treinamento anual e assinar o termo de ciência.

O Código de Conduta Ética pode ser acessado em nossa página interna e em nosso [site eletrônico externo](#).

Guia de Conduta Ética para Fornecedores da Petrobras

Criado em 2020 e revisado em 2022, nosso Guia de Conduta Ética para Fornecedores traz orientações sobre valores e comportamentos éticos esperados. O guia reafirma nossa tolerância zero a toda e qualquer forma de fraude e corrupção, recomendando a mesma postura de nossa cadeia de fornecedores. O documento está publicado em português e inglês e pode ser acessado pelo nosso [site eletrônico externo](#).

Política de Compliance

Em 2022, atualizamos nossa [Política de Compliance](#), que possui princípios e diretrizes que objetivam descrever e divulgar os compromissos que assumimos em relação à promoção dos valores éticos, da integridade e da transparência na condução de nossos negócios, propiciando um ambiente seguro à tomada de decisão. Nessa revisão, buscamos reforçar o nosso compromisso com o fortalecimento da cultura de integridade, guiados pelos seguintes princípios: Ética e Transparência; Foco na Prevenção; Detecção e Remediação; Respeito às Pessoas; Papel da Liderança; e Impacto Positivo na Sociedade.

Diretoria de Governança e Conformidade

Contamos com uma Diretoria de Governança e Conformidade (DGC) composta pelas áreas de Governança, Conformidade, Integridade Corporativa e Privacidade, onde atuam 333 profissionais (dados de 30/04/2023). A diretoria é liderada por diretor independente, com previsão expressa em Estatuto Social sobre a possibilidade de relato direto ao Conselho de Administração. Desde 2014, o diretor executivo de Governança e Conformidade é eleito a partir de uma lista de profissionais pré-selecionados por meio de uma empresa terceirizada especializada.

A DGC atua na segunda linha de defesa do sistema de integridade da Petrobras e nos processos para a gestão dos riscos de conformidade, assessorando o desenvolvimento e monitoramento das atividades de controle realizadas pelos nossos gestores.

O nosso Plano Básico de Organização, referenciado em nosso Estatuto Social, evidencia as responsabilidades da DGC, que contemplam, entre outras, atividades ligadas à prevenção de incidentes de fraude, corrupção e lavagem de dinheiro, de controles internos, análise de integridade dos gestores e de contrapartes, além dos processos investigativos e deliberações disciplinares, respondendo também pelas atividades relativas ao nosso modelo de governança corporativa e governança societária, à gestão do processo decisório e ao cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Canal de Denúncia

Nosso Canal de Denúncia está disponível por telefone e pelo site, 24 horas por dia, sete dias por semana, em três idiomas (português, inglês e espanhol) para os públicos externo e interno da Petrobras e suas controladas. Todas as informações são recebidas por uma empresa contratada, independente e especializada, que registra a denúncia para o devido tratamento da Ouvidoria-Geral. Em 2022, recebemos 2.365 denúncias (33,9% por contato telefônico, 60,3% pelo site e 5,8% recebidas excepcionalmente por outro meio, a exemplo de carta), o que representa 1,5 denúncia a cada 100 colaboradores.

Para garantir a sua higidez, o processo de tratamento das denúncias é submetido a controles internos específicos. Além disso, possuímos uma Diretriz de Proteção a Denunciantes que estabelece medidas para a proteção às pessoas que denunciem de boa-fé não conformidades relacionadas à atuação da companhia, ou tenham divulgado, de forma inequívoca, a intenção de fazê-lo.

Ouvidoria-Geral

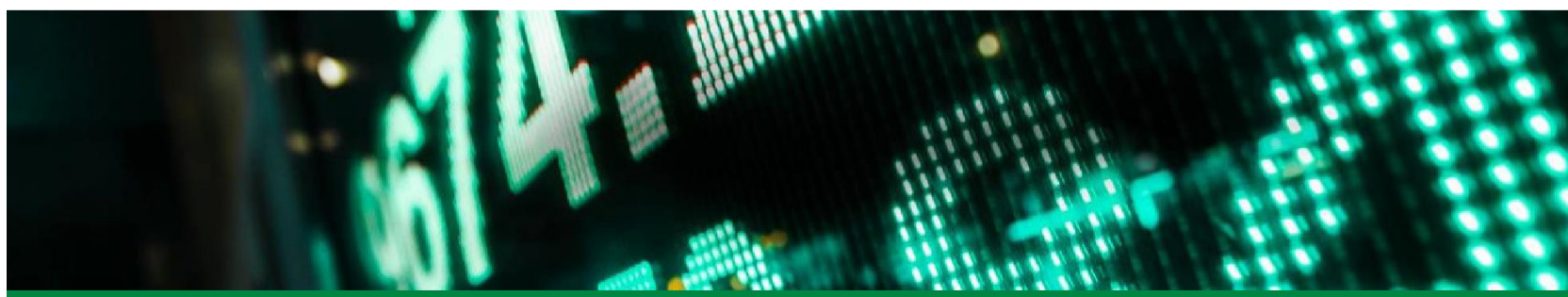
Responsável pela gestão do Canal de Denúncia e vinculada ao Conselho de Administração (CA), nossa Ouvidoria-Geral apresenta trimestralmente ao Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) informações detalhadas sobre as denúncias de incidentes de conformidade consideradas mais críticas, classificadas como de alto e de muito alto risco em nossa matriz. Além disso, apresenta semestralmente ao CAE e anualmente à DE (Diretoria Executiva) e ao CA informações quantitativas e qualitativas das denúncias recebidas, bem como de outras manifestações (incluindo solicitação de informações e reclamações), fornecendo subsídios para o aprimoramento da gestão.

Portal da Transparência

Em dezembro de 2022, lançamos nosso novo Portal de Transparência que, dentre diversas inovações tecnológicas, prevê sua integração com sistemas internos da Petrobras, permitindo a nossos gestores realizar a classificação de contratos e documentos afins como públicos para que possam ser imediatamente disponibilizados ao público externo. Excetuarão a regra da publicidade apenas aqueles documentos cuja divulgação comprometa a competitividade da Petrobras em seus mercados de atuação, com amparo na Lei de Acesso à Informação (lei nº 12.527/2011 – LAI) e legislação aplicável.

Nosso Portal de Transparência, pelo segundo ano consecutivo, ocupa o primeiro lugar no ranking de transparência ativa da Controladoria-Geral da União (CGU), dentre mais de 300 órgãos e entidades federais avaliados. No Portal, divulgamos informações institucionais, despesas e receitas, auditorias e prestação de contas, atendendo a Lei de Acesso à Informação (LAI), à lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e à Lei nº 12.813/2013 (Lei de Conflito de Interesses). Além disso, divulgamos também a agenda de autoridades, a tabela de salário dos empregados e de remuneração dos administradores, a relação de presentes e hospitalidades, entre outras informações de relevante interesse da sociedade.

Para mais informações sobre nosso Programa de Integridade, ver item 5.3 do [Formulário de Referência](#).



PRINCIPAIS RESULTADOS



Alcançamos lucro líquido e EBITDA recorrentes de, respectivamente, US\$ 34 bilhões e US\$ 67 bilhões, os quais, ainda que positivamente impactados pelo ambiente externo favorável, são resultado de diversas ações gerenciais relevantes tomadas ao longo dos últimos anos, uma vez que o preço do petróleo já esteve em patamares similares aos de 2022, sem que os mesmos resultados fossem observados. E geramos estes resultados ao mesmo tempo em que investimos, em 2022, um total de US\$ 10 bilhões em nossos negócios e entregamos uma produção de óleo e gás de 2,7 milhões de boed, 3% acima do centro da meta e com 73% de participação de óleos do pré-sal, demonstrando a seriedade e assertividade de nossa execução de um planejamento estratégico robusto e resiliente.

Em 2022, realizamos a maior adição de reservas de nossa história (2,0 bilhões de boe), pelo segundo ano consecutivo, reflexo do excelente desempenho dos nossos ativos. A relação entre as reservas provadas e a produção (indicador R/P) aumentou para 12,2 anos.

Iniciamos a operação de 2 novas plataformas de produção, nos campos de Mero e Itapu, esta última antecipada em relação ao planejamento inicial. Teremos outras 17 entrando em operação ao longo dos próximos 5 anos.

Entregamos resultados de classe mundial no refino e na logística e comercialização. Seguimos com nossos planos de modernizar nosso parque de refino e mantivemos o fator de utilização de nossas refinarias em patamares elevados e eficientes, mesmo com importantes paradas de manutenção, e ainda, aumentamos a eficiência energética e reduzimos emissões.

O ano de 2022 foi desafiador, diante da limitação de oferta internacional causada pelo conflito na Ucrânia. Nossa cobertura global de mercado e desenvolvimento de novos clientes foram determinantes para alteração do fluxo das nossas exportações em busca de geração de valor e aproveitamento de novas arbitragens. Fomos capazes de diversificar os destinos das nossas exportações e praticar preços competitivos, ao mesmo tempo em que reduzimos a volatilidade para nossos consumidores.

No que tange à inovação e desenvolvimento tecnológico vale destacar que pelo segundo ano consecutivo atingimos o recorde de 1.100 patentes ativas depositadas pela companhia somente em 2022. Pelo quarto ano consecutivo, ocupamos o primeiro lugar em computadores de alto desempenho e ecoeficiência da América Latina, com o supercomputador Pégaso, que é também o 5º maior da indústria petrolífera mundial.

Somos hoje a empresa com o maior programa de captura de CO2 offshore no mundo. Em 2022, injetamos 10,6 milhões tCO2, nosso maior volume injetado em um único ano. Em função do resultado acumulado, nosso compromisso de reinjeção foi revisado para 80 milhões tCO2 até 2025 em projetos de CCUS (*carbon capture usage and storage*). Além disso, conforme depreende-se da evolução dos nossos planos estratégicos, pretendemos expandir ainda mais nossa atuação ambiental, desenvolvendo capacitação também para os negócios de eólica offshore, hidrogênio e biorrefino.

Com as perspectivas de maiores volumes de produção de óleo e gás, com maior rentabilidade devido ao pré-sal, e a capacitação da nossa empresa para encarar os desafios impostos pela inevitável transição energética estaremos em uma posição ímpar para continuar a gerar valor a longo prazo.

As informações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, constam de nossas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) divulgadas em 1 de março de 2023, disponíveis no [site de Investidores](#).

Os comentários dos nossos diretores executivos referentes às nossas demonstrações financeiras de 2022 estão disponíveis no item 2 do Formulário de Referência e nas Demonstrações Financeiras da Petrobras, disponíveis em nosso [site de Investidores](#).

GOVERNANÇA CORPORATIVA



As boas práticas de governança corporativa e compliance constituem um pilar de sustentação para os nossos negócios. Nossa prioridade é atuar sempre orientados pela ética, pela integridade e pela transparência. Adicionalmente, considerando nossa atuação em mercados cada vez mais competitivos, é importante que nosso modelo de governança assegure o equilíbrio entre eficiência e controle para nos garantir atuação ágil e segura ao mesmo tempo.

Nos últimos anos, implementamos avanços significativos na governança corporativa e nos nossos sistemas de integridade, compliance e controles internos. Adotamos rigorosos padrões de ética e integridade por meio de iniciativas que reforçam nosso propósito, valores e compromisso com a melhoria contínua e alinhamento às melhores práticas do mercado.

Neste sentido, realizamos constantemente melhorias em nossas práticas e em nossos principais instrumentos de governança, como o Estatuto Social; regimentos internos do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e dos comitês de assessoramento a estes órgãos; políticas e códigos, entre outros.

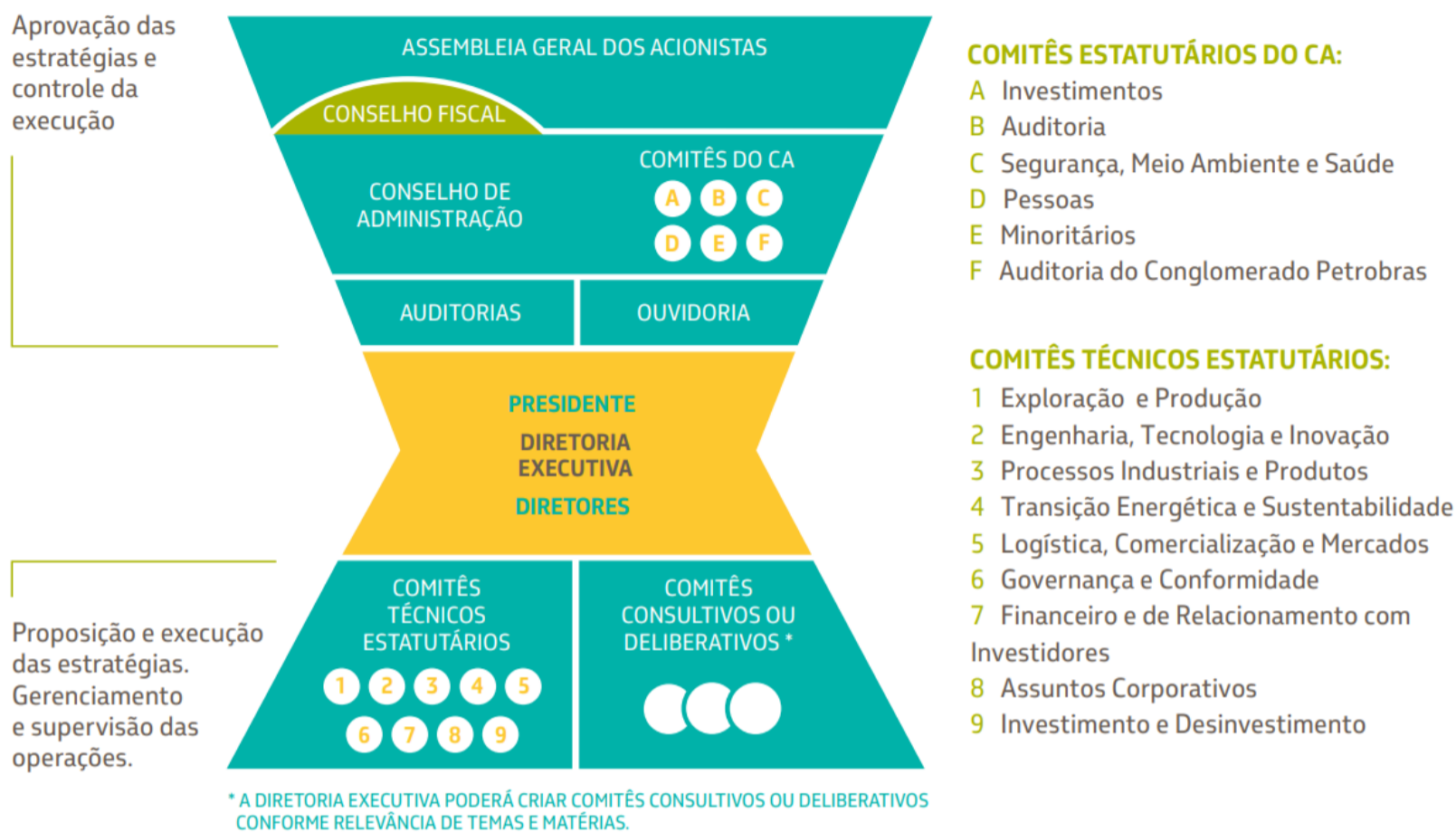
Nosso modelo de governança, expresso em nossa [Política de Governança Corporativa e Societária](#), tem como objetivo contribuir para: (i) garantir a nossa sustentabilidade e a perenização das melhores práticas de governança; (ii) aprimorar o processo decisório na alta administração; (iii) aprimorar os nossos processos de planejamento, controles e desempenho; (iv) aumentar a transparência e a divulgação de informações; (v) fortalecer a nossa imagem institucional e a nossa reputação; e (vi) gerar valor para os acionistas e demais partes interessadas, de forma ética e sustentável.

Esse modelo tem seu funcionamento orientado pelos seguintes princípios: (i) transparência; (ii) respeito e tratamento equânime aos acionistas e demais partes interessadas; (iii) prestação de contas; (iv) responsabilidade econômica, social e ambiental; e (v) respeito aos requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde atuamos.

Nossa estrutura de governança

Nossa estrutura de governança corporativa é composta por: Assembleia Geral de Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração (CA) e seus comitês (Comitês do CA), Auditorias (Interna e Externa), Ouvidoria-Geral, Diretoria Executiva e seus comitês (na figura a seguir).

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA



Conselho de Administração

Órgão colegiado de orientação e direção superior da Petrobras, responsável por fixar a orientação geral dos nossos negócios, definir nossa missão, nossos objetivos estratégicos e diretrizes, bem como monitorar sua execução e gestão pela Diretoria Executiva. É composto por, no mínimo, sete e, no máximo, onze membros, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, todos com prazo de gestão unificado, que não poderá ser superior a dois anos, admitidas, no máximo, três reeleições consecutivas.

As indicações para o Conselho de Administração devem observar as vedações e requisitos previstos na legislação e em nosso Estatuto Social e Política de Indicação. As indicações para o Conselho de Administração são previamente apreciadas pelo Comitê de Pessoas, que auxilia os acionistas na indicação de administradores e Conselheiros Fiscais, opinando sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições.

Nosso Estatuto Social prevê que o Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 40% de membros independentes, enquanto a Lei nº 13.303/16 e o regulamento do Nível 2 da B3 exigem, respectivamente, 25% e 20%. Atualmente temos 82% de membros independentes, sendo que os critérios de independência deverão respeitar os termos do artigo 22, §1º, da Lei nº 13.303/2016, do artigo 36, §1º, do Decreto nº 8.945/2016 e do Regulamento do Nível 2, respeitando-se o critério mais rigoroso das obrigações legais, em caso de divergência entre as regras.

De acordo com nosso Estatuto Social, o CA deve ser composto apenas por membros externos, sem vínculos estatutários ou empregatícios atuais com a companhia, exceto o nosso presidente e o membro eleito pelos empregados. As funções de presidente do CA e de presidente da Petrobras ou principal executivo não são exercidas pela mesma pessoa, em linha com as melhores práticas de governança corporativa.

Comitês de Assessoramento

Nosso Conselho de Administração conta com seis comitês de assessoramento, com a missão assessorá-lo no cumprimento de suas responsabilidades de orientação e direção superior da companhia. Os comitês poderão ser compostos por membros do Conselho de Administração e/ou por profissionais de mercado de notória experiência e capacidade técnica. Veja a seguir as principais atribuições dos comitês do CA:

Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (CSMS): assessorar o CA no estabelecimento de políticas e diretrizes relacionadas à gestão estratégica de SMS, mudanças climáticas, transição para uma economia de baixo carbono, responsabilidade social, entre outros assuntos. Esse comitê também monitora indicadores de SMS e pesquisas de imagem e reputação, sugerindo ações quando necessário.

Comitê de Investimentos (COINV): assessorar o CA sobre plano de negócios e demais questões de natureza estratégica, incluindo políticas financeiras, e monitorar suas respectivas execuções. Esse comitê também é responsável por assessorar o CA com relação a oportunidades de negócios, investimentos e/ou desinvestimentos, fusões, incorporações e cisões. Além disso, o COINV assessora o CA na análise do nosso programa anual de financiamento.

Comitê de Auditoria Estatutário (CAE): assessorar o CA em questões envolvendo contabilidade, controles internos, relatórios financeiros, avaliação e monitoramento de exposições de riscos e conformidade. O CAE também recomenda a nomeação dos auditores independentes para o Conselho de Administração e avalia a eficácia dos controles internos e de conformidade legal.

Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado (CAECO): criado para atender aos requisitos da Lei nº 13.303/16, que prevê a possibilidade de as sociedades controladas compartilharem os custos e as estruturas de suas respectivas controladoras. É responsável por ser o comitê de auditoria das sociedades do Conglomerado Petrobras que não possuem comitê de auditoria local.

Comitê de Pessoas (COPE): auxiliar o CA em todos os aspectos relacionados à gestão de recursos humanos da alta administração, incluindo, mas não se limitando a: remuneração (fixa e variável), nomeações e políticas de sucessão, bem como seleção e elegibilidade. O Comitê de Pessoas atua, em conformidade com a Lei nº 13.303/12 e o Decreto nº 8.945/16, no assessoramento dos acionistas quanto à indicação de membros para o CA e Conselho Fiscal. O COPE também assessora o CA na eventual aplicação de medida do sistema de consequência a membros da Direção Superior e membros externos dos comitês do CA, além de atuar como última instância recursal de procedimentos disciplinares. O Comitê monitora pesquisas de imagem e reputação, recomendando ações quando pertinente.



RAIO-X

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

11 membros

9 membros independentes e não executivos

1 representante dos empregados

Vedação de acúmulo das funções de presidente do CA e CEO

Conheça aqui os nossos conselheiros de administração.

Comitê de Minoritários (COMIN): assessorar o CA em transações com partes relacionadas envolvendo a União, suas autarquias e fundações e empresas estatais federais, incluindo o acompanhamento da revisão do Contrato de Cessão Onerosa. O COMIN também realiza o aconselhamento dos acionistas, emitindo parecer sobre determinados assuntos de competência da Assembleia Geral, na forma do art. 30, §4º do nosso Estatuto Social.

A composição e as regras de funcionamento dos comitês de assessoramento ao nosso Conselho de Administração são disciplinadas em regimentos internos próprios, aprovados pelo Conselho, disponíveis em nosso [site de Investidores](#).

Diretoria Executiva

É o órgão responsável pela gestão dos nossos negócios, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva é composta por um presidente, escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, e oito diretores executivos, eleitos pelo Conselho para um prazo de gestão unificado de até dois anos sendo permitidas, no máximo, três reeleições consecutivas.

Os membros da Diretoria Executiva são responsáveis por gerir suas respectivas áreas de contato, conforme atribuições previstas no Plano Básico de Organização, bem como por meio de reuniões da Diretoria Executiva.

Os indicados para os cargos de presidente e diretores executivos passam por análises internas para verificar o cumprimento dos requisitos legais, além daqueles previstos em nosso Estatuto Social e na Política de Indicação.

Comitês Técnicos Estatutários (CTE): são órgãos colegiados, de caráter consultivo, previstos no Estatuto Social, compostos por titulares da nossa estrutura geral, e com vínculo de assessoramento a um membro da Diretoria Executiva.

Os membros da Diretoria Executiva contam com até oito Comitês Técnicos Estatutários de assessoramento, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias, na forma do respectivo regimento interno, observado o disposto no artigo 160 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976).

Atualmente, estão em funcionamento os seguintes Comitês Técnicos Estatutários:

- *Comitê Técnico Estatutário de Transição Energética e Sustentabilidade;*
- *Comitê Técnico Estatutário de Engenharia, Tecnologia e Inovação;*
- *Comitê Técnico Estatutário de Exploração e Produção;*
- *Comitê Técnico Estatutário de Processos Industriais e Produtos;*
- *Comitê Técnico Estatutário de Logística, Comercialização e Mercados;*
- *Comitê Técnico Estatutário Financeiro e de Relacionamento com Investidores;*
- *Comitê Técnico Estatutário de Governança e Conformidade; e*
- *Comitê Técnico Estatutário de Assuntos Corporativos.*

Adicionalmente, a Diretoria Executiva conta com o assessoramento do Comitê Técnico Estatutário de Investimento e Desinvestimento, a ela vinculado, para os assuntos relacionados ao acompanhamento e execução de projetos de investimento e de desinvestimento da companhia.

A composição e as regras de funcionamento dos Comitês Técnicos Estatutários são disciplinadas em regimento aprovado pelo Conselho de Administração, disponível em nosso [site de Investidores](#).

A Diretoria Executiva também pode criar comitês de natureza deliberativa ou consultiva, vinculados a este órgão ou diretamente a um de seus membros. Esses comitês são compostos por gestores de diferentes áreas da companhia, de forma a garantir uma visão multidisciplinar nas análises e discussões das matérias, bem como no processo de tomada de decisão.

A composição e as regras de funcionamento desses comitês, denominados Comitês Executivos, são disciplinadas em regimentos aprovados pela Diretoria Executiva. Atualmente, estão em funcionamento os seguintes Comitês Deliberativos e Consultivos:

- *Comitê Executivo de Riscos;*
- *Comitê Executivo de Segurança, Meio Ambiente e Saúde; e*
- *Comitê Executivo de Transparência e Privacidade*

Conselho Fiscal

É um órgão colegiado, de caráter permanente, não integrante da administração, ao qual cabe fiscalizar o cumprimento dos deveres legais e estatutários dos administradores e defender os interesses da Petrobras e de seus acionistas.

O Conselho Fiscal é atualmente composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, todos com prazo de atuação de um ano, permitidas duas reeleições consecutivas.

São realizadas reuniões periódicas conjuntas entre o Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria Estatutário, cuja pauta reflete os principais acontecimentos da companhia, principalmente com relação à administração de riscos e governança.

Principais reconhecimentos de governança

Como reconhecimento aos nossos compromissos e avanços em governança, destacamos a seguir os principais obtidos em 2022:

- Recebemos, pela sexta vez seguida, a certificação no Indicador de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (IG-Sest), alcançando classificação no melhor nível do indicador (Nível 1).
- Alcançamos 94% de aderência ao Código Brasileiro de Governança Corporativa (CBGC).
- Fomos qualificados pelo 2º ano consecutivo para integrar o Dow Jones Sustainability Index World 2022 (DJSI World), com nota máxima nos critérios de Relatório Ambiental, Riscos Relacionados à Água e Relatório Social e destaque nos critérios de Ecoeficiência Operacional, Práticas Trabalhistas e Direitos Humanos.

Outras boas práticas de governança



Cabe ao Conselho de Administração da Petrobras avaliar, anualmente, o desempenho individual e coletivo do Conselho de Administração e seus comitês, bem como da Diretoria Executiva. Os critérios e a metodologia para avaliação anual são definidos pelo CA, com suporte do Comitê de Pessoas.



Os administradores e conselheiros fiscais, na posse e anualmente, participam do Treinamento Obrigatório para Estatutários (TOPE). O TOPE aborda temas sobre legislação societária e de mercado de capitais; divulgação de informações; controle interno; código de conduta, Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e demais assuntos relacionados às nossas atividades. Os administradores e conselheiros fiscais que não participarem dos treinamentos anuais nos últimos dois anos não poderão ser reconduzidos ao cargo.



Temos um Canal de Denúncia externo e independente para o recebimento de denúncias, disponível nos idiomas português, inglês e espanhol, 24 horas por dia, em todos os dias do ano. <https://www.contatoseguro.com.br/petrobras>.



A remuneração variável do presidente e dos diretores executivos é definida com base no atingimento das metas corporativas e individuais, definidas e avaliadas pelo Conselho de Administração. O pagamento é diferido em cinco anos, desde que seus pré-requisitos e metas estabelecidos sejam alcançados.



As nossas principais decisões são tomadas de forma colegiada (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) ou compartilhadas, sendo necessários pelo menos dois gestores para aprovação do ato. Esse modelo de decisão baseia-se no *four-eyes principle* (princípio dos quatro olhos), que aumenta a transparência e o controle de nosso processo decisório.

Para conhecer o **Código de Boas Práticas da Petrobras**, que reúne políticas corporativas da companhia, tais como a política de governança corporativa e societária, de gestão de riscos empresariais, de compliance, de remuneração aos acionistas e de indicação de membros da alta administração e do conselho fiscal, acesse nosso [site de Investidores](#).

Informações adicionais sobre nossa governança corporativa podem ser encontradas no Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa (CBGC), apresentado anualmente à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em atendimento à Instrução CVM 480/09, por meio do sistema eletrônico Empresas.Net, disponível no site da CVM.

O CBGC apresenta princípios, fundamentos e práticas recomendadas para a governança corporativa de companhias abertas e adota o modelo “pratique ou explique”, adotado por diversos países, como Reino Unido, Alemanha e Holanda.

Para mais informações sobre nossa governança corporativa, ver itens 7.1, 7.2 e 7.8 do Formulário de Referência e nossos principais instrumentos de governança corporativa em nosso [site de Investidores](#).

REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO



A estratégia de remuneração dos administradores tem como objetivos atrair, incentivar, recompensar e reter os administradores à condução dos negócios de forma sustentável, conciliando os interesses dos acionistas e das demais partes interessadas.

Os nossos objetivos da prática de remuneração são reconhecer e remunerar os membros da Diretoria Executiva, considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, bem como o desempenho e os esforços dos administradores para o atingimento das nossas estratégias e metas de curto, médio e longo prazos.

Os valores praticados são estabelecidos a partir das orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e aprovadas em Assembleia Geral Ordinária (AGO), sempre alinhadas à política de remuneração vigente. Paralelamente, apresentamos à SEST propostas de ajustes salariais decorrentes do resultado de estudos técnicos sobre a aferição do nível de competitividade da remuneração ofertada aos nossos administradores. Tais estudos são baseados em resultados de pesquisas de remuneração desenvolvidas por consultorias especializadas, considerando empresas de diversos segmentos de atuação (Mercado Químico/Petroquímico, Mercado Grandes Grupos Nacionais, Mercado Empresas com Faturamento acima de R\$ 5 Bi e Mercado Geral), porém de porte e faturamento similares.

Anualmente a remuneração dos membros da DE é proposta pelo COPE ao CA e definida pela AGO, de acordo com o artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações e em conformidade às orientações e diretrizes estabelecidas pela SEST.

Os nossos objetivos da prática de remuneração do Conselho de Administração são reconhecer e remunerar os seus membros, considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, alinhados às orientações e normas aplicáveis às estatais federais e de acordo com a manifestação da SEST, que, conforme esclarecido, tem competência para manifestar-se sobre a prática de remuneração dos administradores das empresas estatais e instruir o voto da União nas assembleias gerais dessas empresas.

Anualmente a remuneração dos membros do CA é proposta pelo COPE e definida pela AGO de acordo com o artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, com a Lei nº 9.292/1996 e em conformidade às orientações e diretrizes estabelecidas pela SEST.

O Art. 1 da Lei nº 9.292/1996 estabelece que a remuneração dos membros do CA de sociedades de economia mista, como a Petrobras, “não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores das respectivas empresas”.

O nosso presidente é um dos membros do CA, no entanto esta participação não é remunerada.

Conforme orientação da SEST, a remuneração pela participação nos comitês de assessoramento do CA não deve ser incluída na remuneração global dos administradores aprovada em AGO.

Os nossos objetivos da prática de remuneração do Conselho Fiscal são reconhecer e remunerar os seus membros, considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, alinhado às orientações e normas aplicáveis às estatais federais e de acordo com Art. 162 § 3º da Lei nº 6.404/76 e Art. 1 da Lei nº 9.292/96.

A composição da remuneração do CF é definida por deliberação da AGO, de acordo com o Art. 162 § 3º da Lei nº 6.404/76 e Art. 1 da Lei nº 9.292/96.

A Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 27 de abril de 2023, deliberou a respeito da fixação da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros dos comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração nos termos do voto da União, seguindo orientação da SEST, com limite de remuneração global no período compreendido entre abril de 2023 e março de 2024: de até R\$44.986.619,79 a ser paga aos administradores; de até R\$1.275.501,60 a ser paga ao Conselho Fiscal; de até R\$3.316.304,15 a ser paga ao Comitê de Auditoria Estatutário; de até R\$4.081.605,14 a ser paga ao Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado; e de até R\$2.295.902,87 a ser paga aos demais comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração.

A remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal encontra-se a seguir. Outras informações sobre remuneração, bem como a composição e experiência profissional da administração e do Conselho Fiscal estão disponíveis no item 8 do Formulário de Referência e em nosso site de Investidores.

Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

Valores Anuais (R\$)	Diretoria Executiva		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	9,00	9,00	9,00
Nº de membros remunerados	9,00	9,00	9,00
Valor da maior Remuneração	2.295.729,68	3.079.232,01	2.937.733,28
Valor da menor Remuneração	1.691.555,66	3.034.506,31	2.166.779,72
Valor médio da Remuneração	3.073.743,86	3.939.645,02	2.738.492,19
Valores Anuais (R\$)	Conselho de Administração		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	11,00	10,58	10,00
Nº de membros remunerados	3,83	4,50	4,42
Valor da maior Remuneração	145.364,64	174.437,57	174.437,57
Valor da menor Remuneração	145.364,64	174.437,57	174.437,57
Valor médio da Remuneração	144.539,50	170.022,79	177.728,84
Valores Anuais (R\$)	Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	5,00	5,17	5,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,17	5,00
Valor da maior Remuneração	145.364,64	174.437,57	174.437,57
Valor da menor Remuneração	145.364,64	174.437,57	174.437,57
Valor médio da Remuneração	145.364,64	164.402,72	172.983,92

